

II. Deliberações

Câmara

1. Aprovação das atas.

- a) Ata n.º 33/2023 da reunião ordinária de 06 de março de 2023 (retirada da agenda para retificação);
- b) Ata n.º 34/2023 da reunião ordinária de 20 de março de 2023.

XIII MANDATO

ATA N.º 33/2023

Reunião ordinária pública de 6 de março de 2023

Ao sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro de Juventude de Braga, sito na Rua de Santa Margarida, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

1. Aprovação da ata n.º 32/2022, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Retirada da Agenda para retificação.** -----

2. Proposta de declaração de prescrição dos jazigos e sepulturas e declaração de caducidade das concessões no Cemitério de Monte D'Arcos. Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta mencionada em epígrafe, a fim de ser

deliberada a prescrição dos jazigos e sepulturas do Cemitério de Monte D'Arcos constantes da listagem definitiva (em anexo) e declaração da caducidade das concessões respetivas, cuja titularidade não foi reivindicada, em conformidade com o artigo 49.º do Regulamento do Cemitério Municipal.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

3. Empreitada “Repavimentação da Av. de São Pedro” – União das Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede” – Revisão extraordinária de preços. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a proposta da fórmula de revisão de preços apresentada como contraposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 365/2022, de 20 de maio, da empreitada “Repavimentação da AV. de São Pedro” – União da freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

4. Empreitada “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÃES – indemnização para aquisição de 96 colunas e 96 luminárias. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a proposta de indemnização devida ao empreiteiro Alexandre Barbosa Borges, SA, no valor de 38.509,43€ (c/IVA incluído), a ser paga diretamente ao subempreiteiro Bragalux, conforme indicação expressa do primeiro, da qual resultará a entrega à CMB de materiais que serão utilizados na obra

INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, FRAIÃO, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

5. Empreitada “EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 2” – 3ª modificação objetiva ao contrato - CPE.23.21. DMOSM”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para autorização pelo Executivo Municipal, a proposta de execução dos trabalhos complementares, no valor global de 49.073,27€ + IVA, de supressão de trabalhos no valor de 50.340,61€+ IVA, e de aprovação da prorrogação do prazo por 15 dias e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada “CPE.23.21.DMOSM - EU JÁ PASSO AQUI - LOTE 2”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

6. Empreitada “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES – CPE.27.21. DMOSM” - proposta de aprovação da prorrogação de prazo. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a prorrogação do prazo da empreitada CPE.27.21. DMOSM “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES”, por um período de 55 dias, sem a aplicação de sanções pecuniárias, tudo de acordo com a fundamentação e documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves**

Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----

7. Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária Para Habitação Própria e Permanente das Competências. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à aprovação da Assembleia Municipal.** -----

8. Proposta de regulamento que concretize o Programa de Apoio à Troca de Lâmpadas - início de procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de início de procedimento para a elaboração de um Regulamento que concretize o Programa de Apoio à Troca de Lâmpadas, ao abrigo das atribuições constantes no n.º 1 e alíneas b) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e das competências conferidas pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. Proposta – Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas e na Escola Não Agrupada. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, para posterior envio à Assembleia Municipal, as seguintes propostas, nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conforme minuta do contrato interadministrativo que se anexa: **a) Delegação de competências no Diretor dos Agrupamentos de Escolas e na Escola não agrupada**, para contratação de fornecimentos e serviços externos, incluindo assistências informáticas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação,

ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; **b) Autorizar o Diretor dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada a subdelegar as competências** nos números anteriores, para o ano 2023, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que solicitou saber se a delegação foi conversada com os diretores dos agrupamentos e saber se existe algum obstáculo à transferência da competência. Em resposta, a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Carla Sepúlveda**, informou que foi feita uma reunião com todos eles e aprovada nos termos do contrato. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, que informou que se iria abster tendo em conta a sua posição, sobejamente conhecida, sobre este modelo de transferência de competências para os municípios, entendendo também que não deve “criar obstáculos à autorização e à maior capacidade de contratação especialmente neste tipo de contratos para as escolas”. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à aprovação da Assembleia Municipal com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e com a abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

10. Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município de Braga e a Agere-Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto nas disposições conjugadas nos artigos 25.º n.º 1, alíneas n) e q), e n.º 2, alínea a), 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, constantes do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta do Contrato de Gestão Delegada, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 17.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de acordo com os documentos anexos. Aprovar o envio à ERSAR da minuta de contrato de gestão delegada, na sequência da presente deliberação da sua aprovação; Aprovar a submissão ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, da minuta do contrato de gestão delegada, tudo em conformidade com o regime legal aplicável à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas; Após o visto prévio pelo Tribunal de Contas, o contrato de gestão delegada pode ser outorgado, devendo

posteriormente seguir-se as comunicações legalmente obrigatórias; Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” O **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, tomou a palavra para dar nota que se tentou disponibilizar a informação à medida que ia ficando pronta, na tentativa de levar o ponto à próxima reunião da Assembleia Municipal, contudo, os grupos parlamentares não aceitaram a proposta, pelo que o ponto seria retirado, tendo-se disponibilizado a responder a questões sobre o tema. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que esse seria o pedido do PS, porque apesar de ter existido uma abordagem prévia promovida pelo presidente, que considera ser uma prática de interação entre o executivo e os vereadores da oposição a destacar pela positiva, para explicar os princípios gerais de todo este processo, a verdade é que o assunto a tratar é denso e complexo na sua essência, com questões de investimento, financiamento e jurídico-legais muito complexas, considerando ser sensato não existir precipitação e pressa para tratar deste assunto e agradecendo a possibilidade de discutir devidamente o assunto. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, para informar que já no dia anterior havia tomado uma posição pública, indicando que ia precisamente pedir para retirar este ponto da ordem de trabalhos e o adiamento da votação, pelo facto de a documentação ter sido disponibilizada entre o quinta-feira ao final do dia e sexta-feira à noite, dando uma margem muito pequena para fazer uma análise completa e séria do documento, que é complexo, e que teve várias fases e possui vários pareceres. Prosseguiu dizendo que deu conta que não tem informação nenhuma relativamente a qualquer consulta das estruturas de representativas dos trabalhadores da Agere, que, na sua opinião, seria importante de se fazer, e que teve a informação de que a conferência de líderes rejeitou a inclusão do ponto para sexta-feira e que de sua parte pedia até que a própria reunião que ia ser feita possa agora ser realizada numa data posterior, tendo em conta este adiamento. Acrescentou também que sabe que a Comissão Especializada de Assuntos Económicos e Empresas Municipais tinha já pedido uma audição sobre este assunto ao Presidente do Conselho de Administração, que ainda não aconteceu, e que seria importante, se possível, garantir, até à próxima reunião de câmara, que o documento tenha uma discussão e uma reflexão mais alargada, devido ao tipo de importância que representa para as opções do modelo económico desta empresa, ficando-lhe claro que com este contrato de gestão delegada se estará a adiar, a remunicipalização desta empresa. Continuou dizendo que, no passado fim de semana, o Sr. Presidente adiantou o valor de 60 milhões para uma possível compra, embora em agosto fossem 50 a 40, mas que são contas que, segundo lhe parece, ainda não estão devidamente justificadas. Terminou afirmando que percebeu pelas declarações do Sr. Presidente, e pelos resultados positivos que a empresa tem apresentado, que este contrato em concreto não terá efeito imediato, pelo menos

nas tarifas cobradas aos bracarenses, e isso é uma segurança que é importante dar, mas que não existe nada que garanta que a longo prazo isto seja uma realidade, dizendo que seria importante que as taxas de risco fossem aplicadas às famílias bracarenses e aos tarifários que lhes são cobrados, porque aí sim não existe garantia nenhuma que, aconteça o que acontecer, os seus interesses serão tidos em conta, tal como acontece com o consórcio de privados e, por isso mesmo, acha que do ponto de vista público e de participação pública ou eventualmente da apresentação pública da proposta, poderiam todos beneficiar com a participação da opinião geral da cidade para além destas estruturas e da Assembleia Municipal, pelo que este adiamento de 15 dias, que separa esta da próxima reunião, poderá não ser suficiente para essa discussão mais alargada, mas que será sempre mais razoável do que discutir o documento à pressa, após tantos anos de espera. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que com este adiamento haverá uma janela mais alargada do que 15 dias, uma vez que, não indo a esta Assembleia Municipal, irá à próxima, que decorrerá no mês de abril, não vendo nenhum problema que a proposta seja apresentada não na próxima reunião de câmara, mas na seguinte a essa, a primeira de abril, desde que se salvasse o tempo para se submeter depois à reunião da Assembleia Municipal, e que isso também permite que essas reuniões com a Assembleia Municipal possam acontecer e que os senhores vereadores possam também participar, existindo uma margem temporal segura para realizar todo esse trabalho. Prosseguiu dizendo que não é verdade que a celebração do contrato de gestão delegada impeça uma remunicipalização da Agere no imediato, sendo mais uma questão de natureza financeira do que jurídica, sendo que se a Agere achar que tem capacidade financeira para municipalizar a Agere hoje, depois da celebração do contrato de gestão delegada, pode fazê-lo, não tendo de esperar pelo prazo de 10 anos. Prosseguiu dizendo que relativamente ao modelo de gestão, a celebração do contrato de gestão delegada é uma imposição legal que permite regularizar os procedimentos de gestão, nomeadamente a celebração dos contratos-programa e as transferências regulares entre a Câmara e a Agere e a Agere e os parceiros públicos e privados, não sendo algo que irá alterar o modelo de gestão ou o desempenho financeiro da empresa ou os tarifários porque já é esse o compromisso político que está assumido. **Retirado da agenda para melhor análise.** -----

11. Proposta de atribuição de topónimo na União das Freguesias de Este (São Pedro e S. Mamede). Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de atribuição de topónimo para a **União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede): Beco do Pomarelho - Início – Caminho do Pomarelho; Fim - Sem saída.**”

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

12. Atribuição de apoios financeiros a entidades. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de atribuição de um apoio financeiro ao Centro Social do Vale do Homem, no valor de 40.000,00€, destinado à instalação de uma creche com capacidade para 84 crianças, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo F-1/3.º e artigo F-1/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, que afirmou que considerando que a IPSS em questão não vai investir do seu capital e também pela pouca transparência e pela falta de auscultação que houve para outras alternativas para esta resposta, afirmando que está certa que existem outras IPSS em Braga que teriam a capacidade de garantir este serviço e fazer essa construção, especialmente por também recorrerem ao PRR, caso necessitassem, e que continua a não compreender esta opção afunilada e, portanto, no seguimento dessa leitura, não faz sentido aprovar um apoio extraordinário para além daquele que parece já muito substancial, que é o custo zero na compra de um terreno, votando contra o apoio. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, aludindo que se trata de uma resposta que o município deve ter a uma necessidade premente da população, pelo que o PS votará a favor, uma vez que esta é uma entidade reconhecida, com um projeto que recebeu o parecer favorável do Conselho Fiscal de Ação Social e porque se enquadra dentro daquilo que é o Código Regulamentar, no que ao disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º diz respeito. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, referiu que tem existido a política de tudo o que são expansões de valências de natureza social, seja para a terceira idade, apoio a deficientes, apoio à infância, em tudo o que é aumento de capacidade, e não obras de reformulação, desde que este programa foi criado, sem exceção, nenhuma foi excluída. Prosseguiu, sobre a capacidade de outras entidades, dizendo que o PS, tal como a Coligação Juntos Por Braga, na altura da campanha eleitoral, contactaram com várias instituições que disseram que estavam disponíveis para avançar com projetos desta natureza, e tendo passado um ano e meio, a verdade é que com a garantia deste apoio até agora não houve mais nenhum projeto que tivesse avançado no terreno e, portanto, não é assim tão fácil que estas ou outras entidades possam desenvolver projetos similares. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda,**

dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e com o voto contra da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----

13. Proposta da XX Edição do Concurso Municipal de Fotografia (2023) – “A Semana Santa de Braga” - Normas. Foi apresentada a seguinte proposta: Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de regulamento (normas) da XX Edição do Concurso Municipal de Fotografia, subordinada ao tema “A Semana Santa de Braga”, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros, com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa. -----**

14. Tabela de Preços – Tanatário de Braga – Ano de 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta da tabela de preços a vigorar para o ano de 2023, a praticar pela Ambinecro Braga – Crematórios, S.A., no Tanatário de Braga, em conformidade com o preceituado na cláusula 4.ª do Contrato n.º 93/2013, relativo à “Conceção, construção e concessão de exploração do Tanatário de Braga”, e a alínea c) do ponto 9.1. do “Caderno de Encargos do Concurso Público 01CP.13.CE.VB- “Conceção, construção e concessão de exploração do Tanatário de Braga, que se anexa.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, anotou que o documento refere que tarifário não sofreu alterações em relação ao tarifário do ano de 2022, solicitando um esclarecimento e uma justificação quanto ao aumento de alguns preços dos itens da tabela. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Olga Pereira**, que informou que os preços indicados não são aumentos, e que traduzem o que está previsto no contrato de concessão e que achava que os preços ficavam até abaixo daquilo que está previsto no contrato de concessão. Tomou a palavra o **Diretor Municipal de Gestão, Sandro Louro**, para esclarecer que o preço para 2023 é o que está na coluna “proposto para 2023”, e o preço contratual atualizado é o preço que o contrato previa quando atualizado, sendo que eles não aumentaram até ao

valor máximo previsto. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

15. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que voltou a referir a questão dos parques infantis e do seu desmantelamento, indicando que o Sr. Vereador Altino teve a oportunidade de lhe explicar o que se passava e qual iria ser a solução, mas que, aparentemente, pela quantidade de queixas que diz lhe terem chegado, a informação não está a chegar aos munícipes. Referiu ainda notícias de desacatos em algumas áreas, nomeadamente contra a Polícia Municipal quando se vai fazer “não se sabe muito bem o quê”, se desmantelar ou arranjar os parques infantis, que contam inclusive com o apoio das Juntas das Freguesias correspondentes, o que contraria a informação que foi dada que todo o programa de desmantelamento estava a ser realizado com sincronismo com as respetivas juntas. De seguida, questionou por que motivo essa informação sobre o destino dos parques, os que ficam e os que vão ser desmantelados, não passa para os munícipes? Terminou dizendo que foi explicado que o Índice dos Parques Infantis no Concelho de Braga está acima dos índices mínimos aconselhado para as populações, mas que é um bem essencial para os munícipes e para a população, pelo que convinha que a informação fosse disponibilizada aos interessados e que aparentemente não o está a ser, mencionando ainda que o executivo tem uma relação privilegiada com os meios de comunicação, que sabe utilizá-la a seu favor sempre que quer, não entendendo por que motivo, neste caso, não a utiliza a favor das populações. -----

----- O **Vereador do PS, Artur Feio**, apresentou duas questões relativamente à questão da mobilidade em Palmeira. **Quanto à primeira questão** antecipou, segundo o mesmo, o que seria dito pelos

moradores de Palmeira, afirmando que efetivamente se deveria reconhecer que alguma coisa de estranho se passa naquela zona do território, e que é constituída por ruas e arruamentos cuja largura mínima será os 6 metros ou os 6 metros e meio, o que permite que passem 2 carros sem qualquer complexidade. Continuou afirmando que aquela zona é ainda servida por alguma lógica de comércio “à antiga portuguesa”, com o peixeiro, o padeiro e mesmo a entrega de medicamentos ao domicílio, entrega de encomendas, etc., e que aquilo como foi organizado obriga muitas destas pessoas, para não dar uma volta que obrigue a ir à estrada nacional, façam marcha atrás para circular 30, 40, 50 metros. Prosseguiu dizendo uma das regras de mobilidade é que se criou o hábito de ir ao encontro do que de facto acontece no terreno, e que a sinalização acompanha o critério do bom senso de quem a utiliza e que se nota que ali não resulta, assistindo-se a uma inadequação daquilo que é a forma em detrimento da função e da lógica do bom funcionamento. Referiu ainda uma parte de uma rua que não terá mais de 20 metros, com cerca de 6 ou 7 metros de largura, que obriga os condutores, nomeadamente os que vão buscar os filhos, a fazer este circuito obrigatório tão comprido e a sair pela zona da atual Junta de Freguesia, e acrescentou que o trânsito nesta condição é obrigado a passar por uma rua, aí sim mais exígua, que não terá mais de 2 metros e 20 ou 2 metros e 30, composta por casas cuja saída de porta, de um lado e do outro, é automaticamente para a rua sem passeios, que, na sua opinião, devido ao perigo e não só, deveria ser uma rua de acesso apenas para os moradores. Continuou para informar que indo ao local, percebeu que há algo que pode ser feito para beneficiar e melhorar a atual forma como foi ordenada toda aquela zona de circulação. Acrescentou que possui a impressão, decorrente das conversas e das declarações que foram realizadas no local, que houve uma reação mais intempestiva do Presidente da Junta que pediu, seguramente, aos serviços que fizessem um estudo que lhe parece pouco adequado e refletido, que ainda poderá ser tratado, mantendo a aparência do que se pretende, que é criar uma zona de circulação, com as devidas exceções, ou por via de acessos limitados a moradores, ou por via de acessos limitados ou qualidade de acessos nas duas direções, sobretudo nesta questão daqueles que são servidos. Tudo isto requer que os serviços repensem a adequação do que se fez. Quanto à **segunda questão**, referiu a utilização massiva e a afluência e desordenamento muito grande a nível de estacionamento quando há treinos do Palmeiras, que se verifica entre as 18h30 e as 20h30, informando que o PS irá tentar que haja uma maior vigilância adicional, junto das entidades e das forças de segurança. -----

----- O **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, fez referência a algumas notícias sobre um Presidente de Junta de Freguesia de uma das maiores Juntas de Braga, que abordava a problemática da utilização de lojas e garagens para habitação de alguns moradores da cidade, referindo que a notícia informava

que o município tinha conhecimento e que estava por dentro de toda esta problemática, questionando se de facto o município tem conhecimento destes casos que foram apresentados pelo presidente da Junta de Freguesia de S. Vitor, porque a resposta que foi dada no imediato, também em termos da comunicação social e rede sociais, foi um apelo à denúncia por parte da população bracarense se conhecesse mais alguns casos relacionados. Acrescentou dizendo que não lhe parece ser um bom método, porque o apelo à denúncia faz recuar muitas décadas para perceber que podemos estar até a alimentar uma guerra sentimental entre bracarenses, que não é um assunto fácil, é um assunto muito delicado, e enquanto decisores políticos há que estar muito atentos, porque o que está em causa tem a ver com a habitação local, a necessidade de habitação, uma problemática a nível nacional, mas que Braga tem também de se responsabilizar, porque há casos concretos e há no terreno a possibilidade de os identificar. Prosseguiu dizendo que os vereadores do PS já fizeram esse roteiro com uma associação que se dedica a apoiar algumas necessidades extremas, sem acompanhamento da comunicação social, e tiveram consciência das dificuldades que muitas pessoas estão a passar, referindo-se não apenas aos sem-abrigo, mas também a muitas famílias e muita pobreza camuflada, que está a levar estas situações ao extremo, mas que é possível ao município, através dos seus órgãos de fiscalização, estar por dentro destes assuntos e tentar resolvê-los. Terminou questionando o Sr. Presidente se o executivo estava por dentro deste assunto como informado pelo Presidente da Junta de S. Vitor, se algo está a ser feito para ultrapassar estas dificuldades, se os presidentes de junta de Braga estão a ser contactados ou chamados ao desenvolvimento do plano local de habitação, e se o trabalho em rede com os presidentes de junta, algo que segundo o mesmo foi mencionado pelo Sr. Presidente como sendo importante, se está a ser realizado. -----

---- A **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, referiu que trouxe precisamente o tema do vereador Adolfo, afirmando que estava de acordo com o mesmo, e, não querendo repetir-se, queria acrescentar uma consideração. Mencionou que a questão tem sido debatida várias vezes, pela retirada em massa que resultou das denúncias à ASAE sobre as condições de segurança de alguns dos equipamentos, e que a Vereadora responsável tinha referido a realização de um estudo para perceber quais destes seriam novamente implementados. De seguida, referiu a situação de indignação que aconteceu no Areal, com a retirada do parque que lá está e que não será devolvido, que foi justificada pela Vereadora responsável com o facto de Braga ter mais parques infantis do que o rácio que está pensado. Prosseguiu dizendo que pode haver zonas do território onde existem mais ou muitos mais parques infantis do que o rácio, mas se são utilizados e desejados pela população, então muito provavelmente é porque esse é o equipamento indicado para estar ali, em vez de, quase por decreto, se estar a fazer

um mapa apenas com números. Refere também alguns parques que não possuíam sombras e que estavam desenhados para não serem utilizados, e que a população se habituou a não usar, pelo que aí se justifica construir outras soluções para usufruto público. Prosseguiu dizendo que nos casos em que a população reclame e prefira que aquele parque continue a ser destinado àquela zona, não pode a Câmara Municipal rejeitar, devendo acatar essas preferências, envolver e trazer essa informação para o estudo alargado que está a fazer e perceber, independentemente dos rácios, o que se pode fazer para satisfazer as necessidades reais das pessoas, especialmente numa cidade como Braga, onde as crianças cada vez mais não têm capacidade para usar o espaço público em segurança, sendo importante apostar em equipamentos que possibilitem uma utilização segura. Terminou dizendo que independentemente de se estar a aproveitar esta circunstância para avaliar os parques infantis de todo o território, julga que há fatores que devem pesar mais do que essa racionalidade com que se partiu para esse pressuposto. -----

----- O **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, tomou a palavra para informar que, como as perguntas eram similares às que o público iria colocar, facultaria as respostas após a intervenção do público.-----

-----INTERVENÇÃO AO PÚBLICO-----

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **José Machado** iniciou a sua intervenção sobre as questões de mobilidade em Palmeira afirmando, em primeiro lugar, que os moradores, em dezembro, quando tiveram conhecimento através do jornal da paróquia, criaram uma comissão de moradores, porque achavam que era uma injustiça o que se estava a praticar nas suas ruas e recolheram um abaixo assinado, no mesmo mês, para entregar na Câmara, e que, felizmente, foram alertados para as reuniões, e esta é a quarta vez que estão a ser ouvidos, sendo que antes nunca haviam sido chamados pela Câmara. De seguida, referiu que não quer estar sempre a repetir o mesmo, mas que a Câmara se prontificou a ir ao local para ver as condições que poderiam ser alteradas, não sabendo se foi nem se não foi, mas que gostava que alguns moradores pudessem acompanhar o trajeto com os vereadores do município quando a Câmara fosse, porque aquilo que as pessoas dizem é uma coisa e na prática é outra. Prosseguiu dizendo que ainda no dia anterior, as pessoas vinham pela Rua do Conselheiro, em fila como os ciclistas na volta a Portugal, com as casas sem passeios sem nada, e iam estacionar na Rua da Eira, fazendo-o de ambos os lados, e as pessoas para passar tinham de andar aos ziguezagues. ----

----- O cidadão **José Manuel Carvalho** iniciou a sua intervenção corroborando as palavras do cidadão José Machado, e, de seguida, afirmou querer lembrar que houve um órgão da comunicação social que

afirmou que o tráfego tinha melhorado, mas que na sua opinião as coisas não estão melhores, porque o tráfego antigamente já fluía com facilidade porque era mínimo, a não ser nas horas do treino, que agora está pior, porque obriga a canalizar o tráfego todo para a Rua do Conselheiro, uma rua estreita onde um carro e uma pessoa têm dificuldade para passar ao mesmo tempo, sendo que o peão tem de se encostar à parede, e que para não saírem para a estrada nacional vão para a Rua da Eira e estacionam dos dois lados. Prosseguiu dizendo que também existe muita dificuldade para a passagem dos veículos de transporte público, que aumenta com os carros estacionados, e que se os carros recuassem cerca de 20 metros, para uma rua que meteram sentido proibido, voltavam a estacionar ali junto ao centro cívico e não iriam para a Rua da Eira, mas que, assim, para não saírem à estrada nacional, ficam ali. Conclui dizendo que as coisas não melhoraram e era bom que fossem ao local e se fosse possível os moradores iriam acompanhar, tal como fizeram os vereadores do PS, para que se possa tentar encontrar uma solução. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** começou por agradecer a não aprovação da ata por não se ter feito menção à sua quinta questão. De seguida, apresentou quatro questões. Como **primeira questão**, referiu, relativamente ao Conselho Municipal do Ambiente, que esteve aberta a possibilidade de os cidadãos se manifestarem e darem os seus contributos, dando os parabéns por isso, e solicitando saber se houve ou não um número de contributos considerável, lançando o desafio de ir pelas escolas para ouvir a malta jovem e os miúdos. Enquanto formulava a sua questão, o Vereador **da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bessa**, respondeu que não foram dados contributos. Como **segunda questão**, solicitou saber quando ocorrerá o desmantelamento do parque infantil do Areal, na freguesia de S. Vítor, e a requalificação do ringue. Como **terceira questão**, referiu, sobre a zona do INL, que tem reparado que junto aos estabelecimentos comerciais existe uma imensidão de resíduos recicláveis, beatas de cigarros, raspadinhas, e que há uma certa impunidade mesmo junto ao Rio Este, não vendo a Polícia Municipal, nem nenhuma campanha de sensibilização da autarquia, solicitando saber o que se pensa fazer. Como **quarta questão**, alude, sobre a questão da mobilidade em Palmeira, que subscreve tudo o que foi dito, mas refere que os ativistas têm parâmetros próprios para validar ou não validar. De seguida, informou que foi ao terreno no dia 24 de fevereiro, às 14h53 e 14h55, entre a Rua da Eira e a Rua Sr. dos Milagres, tendo assistido a circulação automóvel em contramão, no dia 25 de fevereiro, na Rua do Concelheiro, onde vivem pessoas de idade com mobilidade reduzida e que circulam na rua, diretamente saídas das suas habitações, tendo verificado excesso de velocidade entre as 8h57 e 9h02, e também no dia 25 de fevereiro, tendo assistido à presença de uma patrulha da PSP, na Rua do Montinho e na Rua da Eira, entre as 12h25 e as 12h29. Nesta última rua, por volta das

12h29, diz ter conduzido o seu carro tendo parado por haver um carro que seguia em contramão, afirmando que além do que foi dito, existe este problema de segurança. -----

----- Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que começou por endereçar as **questões colocadas sobre Palmeira** pelo **Vereador do PS, Artur Feio**, e pelos cidadãos **José Machado, José Manuel Carvalho e Carlos Dobreira**, dirigindo-se numa primeira instância ao senhor **José Machado** e aos restantes moradores que o acompanham, afirmando que logo na reunião seguinte após ter entregue o abaixo assinado vieram à Reunião de Câmara e nessa reunião disse que aquilo iria ser apreciado e lhes daria a resposta na reunião seguinte, ou que seria comunicada a resposta. Continuou dizendo que, como estiveram presentes na reunião, foi-lhes dito que os serviços tinham validado a situação que estava implementada e que é essa a resposta que tem para lhes dar, não adiantando chamá-los para dizer aquilo que já foi dito diretamente na Reunião de Câmara várias vezes e também divulgado pela comunicação social sobre esta matéria. De seguida, afirmou que os serviços validaram aquela solução e entendem que aquela solução é melhor que a anterior e enquanto acharem isso é essa a situação que vai vigorar porque são os serviços, que contam com pessoas qualificadas para avaliar essas situações, que tecnicamente avaliam questões de mobilidade, e não nenhum membro do executivo. Prosseguiu dizendo, em relação aos senhores vereadores e àquilo que foi dito pelo Vereador Artur Feio, que não se pode avaliar o mérito de uma solução em função de três ou quatro carros que passam por dia a distribuir materiais numa determinada rua, e se esses carros têm ou não de fazer marcha-atrás. Acrescentou que se os senhores vereadores quiserem, poderá providenciar uma reunião com a arquiteta Filipa Morais, Chefe de Divisão de Mobilidade, para que sejam apresentados os fundamentos para esta solução e quais os argumentos contra as alterações. De seguida, endereçou as questões relacionadas com os parques infantis, levantadas pelos Vereadores **Adolfo Macedo, do PS, e Bárbara Barros, do CDU**, e pelo cidadão **Carlos Dobreira**, informando que os parques não começaram a ser removidos por conta dos rácios ou do seu cumprimento, mas muito graças ao contributo do cidadão Carlos Dobreira, que tem feito participações contínuas sobre os diversos parques à ASAE, porque as regras que imperam hoje sobre o funcionamento dos parques são diferentes das que existiam no passado, e que em Braga esses equipamentos foram proliferando por todo o território e hoje existe um desajuste entre aquilo que é a realidade no terreno e aquilo que é o conjunto de requisitos que a lei impõe sobre o funcionamento desses equipamentos. Acrescentou que manifestamente não há condições financeiras para se manter, dentro da lei, todos esses equipamentos, alguns deles até do ponto de vista estratégico e do ordenamento do território não fariam sentido. Prosseguiu dizendo que em todas as juntas de freguesia foi dito qual era a avaliação, quais os

parques que deveriam ser retirados e quais os que poderiam e deveriam ser reconvertidos e até, em alguns casos, ampliados, e em relação àqueles que foram removidos ou que irão ser removidos, foi solicitado a todas as juntas de freguesia que dissessem qual a alternativa que pretendiam para aproveitamento do espaço, sendo que umas já deram a resposta e outras não. Prosseguiu afirmando que aquelas que tiveram uma atitude colaborante, que foram praticamente todas, foram ajudadas a formatar as novas soluções, quer através da reformatação dos parques ou de criação de outras infraestruturas nesse mesmo local. -----

---- O **Vereador do PS, Artur Feio**, solicitou a palavra para questionar se essa lista já existe e porque não é tornada pública? -----

---- Respondeu a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Olga Pereira**, para informar que o diagnóstico e as reuniões com os presidentes da junta estão realizados e concluídos, e que neste momento já se estão a recuperar parques, dizendo que, ao contrário do que disse o Vereador Adolfo Macedo, não houve alterações, mas uma conversa mais acesa no momento em que a Polícia Municipal se deslocou para vedar a utilização do parque no Areal para alertar as pessoas de que o parque pode representar uma situação de perigo para os seus utilizadores. Acrescentou ainda que todas as outras situações estão resolvidas e que este é o único parque que falta resolver, sendo que existe um diálogo com os residentes, não se tendo tratado de uma tentativa de desmantelamento, nem o vão fazer enquanto não se chegar a uma conclusão dessas reuniões. Terminou afirmando que tem havido imensa informação, não sabendo como pode passar mais informação do que aquela que tem sido dada. -----

---- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, para afirmar que interveio devido às queixas das pessoas e para que se faça chegar às pessoas de uma forma mais clara o plano e a estratégia de remodelação destes parques infantis. -----

----- Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para responder que o próprio é abordado com várias questões relacionadas com tema e que registaria a sugestão, que seguramente seria alvo de reflexão, para uma estratégia de comunicação mais direta com os potenciais interessados. -----

---- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para afirmar que bastaria que fossem informados todos os presidentes de junta e questionando se todos eles sabem dos parques que foram tirados e os que vão ser feitos. -----

----- Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que respondeu afirmativamente à questão do Vereador do PS, Artur Feio. De seguida, sobre a questão apresentada pelo **Vereador do**

PS, Ricardo Sousa, asseverou estar em desacordo no que à desresponsabilização da Câmara Municipal diz respeito, porque esta não pode andar a bater de porta em porta ou de garagem em garagem para saber se estão a ser usadas por mais pessoas do que deviam ou se as lojas estão a ser usadas para outros fins. Acrescentou o veículo nesta e noutras matérias é sempre o da denúncia e da identificação de casos conhecidos e que o município não pode andar a varrer o concelho todo para detetar essas situações, que só podem ser conhecidas com a colaboração de quem as conhece, por parte dos próprios visados, das associações de migrantes, por exemplo, e das juntas de freguesia, porque muitas vezes são os primeiros a serem confrontados com questões de emissão de atestados de residência para locais que não são os devidos do ponto de vista do licenciamento urbano. Continuou dizendo que os três casos sinalizados pelo presidente da Junta de S. Vitor, que, na sua opinião, tem uma postura muito pouco proativa e de resistência para interagir com os responsáveis municipais, nunca tendo solicitado uma reunião neste mandato, foram imediatamente alvo de ação por parte do executivo e dos serviços de fiscalização que acionaram os meios para as detetar e corrigir. Prosseguiu dizendo que não se trata de uma situação de acessibilidade à habitação ou de ter mais ou menos conforto, mas de uma situação inaceitável e ilegal de utilização de espaços comerciais e de garagens para residências, e que, obviamente, se tem de atuar sobre os infratores, como tem sido feito, sendo que a comunicação social publicou que no último mês e meio foram identificados cerca de 20 casos, através dos mais diversos meios, tendo existido uma ação imediata. Terminou dizendo que quando afirmou que as pessoas têm de denunciar não é o mesmo que dizer que não se vai fazer nada, mas quem tem conhecimento das situações tem de fazer chegar essa informação, sendo nesse sentido que solicita que os cidadãos, as juntas e os próprios moradores, colaborem. Sobre a **pergunta colocada pelo cidadão Carlos Dobreira sobre o Conselho Municipal do Ambiente**, referiu que os contributos que tinham sido pedidos eram para o funcionamento do Conselho, e que os contributos para a Política Ambiental e de Sustentabilidade são feitos numa base contínua. seja através do Conselho seja através dos diferentes pelouros, e que as sugestões que o cidadão fez sobre as escolas tem sido prática profusamente utilizada. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 10h e 50m, não havendo mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice

Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

XIII MANDATO

ATA N.º 34/2023

Reunião ordinária pública de 20 de março de 2023

Ao vigésimo dia do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Vice-Presidente da Câmara – Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), em substituição do Presidente da Câmara, e os **Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----ORDEM DO DIA-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia 14 de março de 2023, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----DELIBERAÇÕES-----

- 1. Aprovação das atas n.º 32/2023 e 33/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Ata n.º 33/2023 retirada para correção de nome. Deliberado**

aprovar por unanimidade a ata n.º 32/2023. -----

2. Proposta relativa ao Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano 2022. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior submissão à apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano 2022, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais e do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, informando que o PS iria votar contra e deixando várias considerações. De seguida, afirmou houve uma melhoria relativamente à tentativa de melhor informar sobre os pontos que são abordados nas reuniões, com alguma antecedência, mas nem sempre de forma consequente, dando o exemplo da AGERE. Prosseguiu mencionando o que considerou ser algumas falhas graves, referindo que anteriormente se falou de uma reunião para serem apresentadas as propostas relativamente à Comissão do PDM e que ainda hoje se encontra à espera dessa reunião. De seguida, referiu que em vários momentos, utilizando os organismos relevantes, foram solicitadas informações relativamente ao contrato com a Altice, e que o contrato chegou rasurado, sem informação relevante e acessível e que apesar de haver um esforço de disponibilização da informação continuam a sinalizar falhas graves na informação que chega e como chega. Prosseguiu dizendo que apesar de serem coisas menores, ainda hoje estão à espera de um espaço adequado, referindo que são quatro vereadores eleitos pelo PS e que não cabem todos na sala. Ainda sobre o espaço, falou de uma necessidade imposta, que considera algo extraordinário, de uma forma até cordial e simpática, mas que é algo que não deixa de ser absurdo, de se identificarem e terem cartões de visitante que são rubricados nos serviços para ter acesso aos serviços e reuniões para os quais são convocados, considerando ser inaceitável que, passado este tempo, os serviços não identifiquem os vereadores eleitos da oposição e que lhes confirmem acesso, como de normal, a quem desempenha essas funções, algo que denota uma desvalorização do trabalho e das próprias pessoas. Continuou referindo que o acesso e a representatividade enquanto vereadores da oposição em alguns eventos, nos quais faz sentido o executivo estar presente, deveria implicar que fossem convidados por defeito, não lhes cabendo solicitar a presença, dando o exemplo do aniversário da TUB, ou o evento de evocação de personalidades da cidade, onde foi solicitada informação por parte do PS para que pudessem organizar a agenda para marcar presença, já que teriam todo o gosto de se fazerem representar e também parabenizar essas pessoas. Conclui dizendo que há um esforço no envolvimento da oposição da

oposição nas decisões do Município, mas há falhas graves do executivo em dossiês estratégicos, em questões mais logísticas, de consideração, e que continuam a permanecer falhas significativas relativamente à ação de representatividade. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, aludiu que no ano passado, quando votaram o mesmo relatório, coincidente com o período anterior, discutiram mais uma vez a questão das salas atribuídas aos vereadores da oposição, não considerando a resposta do Sr. Presidente aceitável, porque se no passado as coisas eram tratadas de uma forma, não quer dizer que quando se assume as responsabilidades as coisas não possam ser melhoradas, e que em 3 anos de mandato era possível fazê-lo, como aconteceu com alguns aspetos do ponto de vista da representatividade. De seguida referiu que há pelouros que tratam melhor a questão da representatividade dos vereadores da oposição em determinados eventos e acontecimentos da cidade e que outros não, e que lhe parece que é necessário clarificar e garantir essa uniformização, porque quando se fala em representação do Executivo Municipal em eventos, seja de que natureza for, o Executivo é constituído também pelos vereadores da oposição. De seguida, referiu que dada a multiplicidade dos eventos, não será possível a presença de todos os vereadores da oposição, mas que partilhava do que dizia a Sr.^a Vereadora Sílvia, ou seja, que o convite deve ser endereçado e que depois cabe aos vereadores, de acordo com a sua disponibilidade estarem ou não presentes. Continuou, sobre as condições de trabalho, dizendo que no passado, que entende ter relevância, insistiu na importância de estarem junto dos serviços e dos trabalhadores municipais, porque a proximidade é importante para resolver o que havia sido relatado e que aconteceu na semana passada, quando foram chamados para uma reunião e foi logo dito por telefone para passarem no balcão único. Prosseguiu dizendo que um vereador que vai a uma reunião, seja de que pelouro for, não é um cidadão a ser atendido no Balcão único, sendo questões bem distintas. Seguiu dizendo que nessa última vez, levou o cartão de visitante e uma folha que teve de ser assinada pelos serviços, saiu pela porta lateral e teve de voltar ao Balcão Único para confirmar a sua saída ao segurança, questionando se os senhores vereadores a tempo inteiro, quando acedem aos gabinetes, se têm de se identificar todos os dias no Balcão Único. Continuou referindo que quando colocava importância de estarem mais próximos dos serviços e dos trabalhadores e no local onde está a restante vereação, o Presidente anunciou que estava para breve uma requalificação do Edifício do Pópulo, que poderia eventualmente resolver essa questão, mas que se ficou a saber que apenas estava prevista para 2027, portanto, já no próximo mandato, pelo que continua a não haver qualquer disponibilidade, hipótese e alternativa para se encontrar espaço para estarem onde estão praticamente todos os serviços municipais. De seguida, referiu que iria voltar a insistir na disponibilização de assessoria à oposição,

dizendo que é aqui que o Sr. Presidente diz “enquanto vereador da oposição também nunca tive e portanto vocês também não precisam, porque a qualidade do trabalho da oposição não depende disso”, afirmando, de seguida, querendo esclarecer, sobre este tipo de observações, que a vontade política das intervenções dos vereadores é uma coisa, e essa diz respeito a cada um, da leitura política que é feita, aquilo que defende, a visão e o acompanhamento que entendem fazer, mas que isso não pode ser misturado em tentativas de confundir e fingir que o trabalho da oposição não é mais eficaz ou que não tem um acompanhamento como o que é esperado, se deve à ineficácia ou preguiça. Prosseguiu dizendo que parece evidente que dado o volume de documentação para analisar, que muitas vezes possui uma importância vital para o funcionamento de um ano, muitas vezes com pouca antecedência e que tiveram de ser feitas num fim de semana a correr, é difícil não estando em regime de permanência e dada a disponibilidade. Referiu, de seguida, que conta pelos dedos da mão os municípios que não atribuem acompanhamento e acessória, havendo câmaras que têm os próprios funcionários alocados aos vereadores eleitos, ajudando com assessoria o trabalho da oposição, e que dizer-se que em Braga não se faz assim e que a oposição se desenrasque e que faça o que entender e que não faz mais porque não quer ou tem qualidade lhe parece um argumento que não pode sequer ser tido em conta. Prosseguiu dizendo que olhando a isto, se torna difícil olhar para o relatório e, mesmo valorizando aquilo que são os esforços feitos e não os querendo colocar de parte, parece-lhe que há questões de tratamento que não podem ser ignoradas e que têm um peso muito maior que outros aspetos e que desde 2013 têm vindo a ser reclamados, parecendo que estas críticas e sugestões atingem uma parede e voltam para trás, algo que não cria um ambiente de confiança que permita exercer aquelas que são as suas funções, que têm a sua responsabilidade, e que não podem ser acometidas para um plano quase de segunda liga, porque isso é desrespeitar o funcionamento do órgão como um todo. Terminou dizendo que iria votar contra, deixando claro que continua a exigir melhores condições, nomeadamente no que diz respeito à proximidade e à assessoria que entende que os vereadores da oposição devem ter. Em resposta, a **Vice-Presidente da Câmara, Maria Araújo**, afirmou que no que diz respeito ao espaço que está atribuído, está previsto terminar a intervenção de ampliação em 2027, mas que está a ser feita um estudo para reorganizar os serviços e dentro de algum tempo, que se espera que não seja muito, haverá novidades, porque se está a contemplar um espaço de maiores dimensões para a oposição. O vereador da **Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, solicitou a palavra para informar, sobre as questões do PDM, que se falou em agendar uma reunião, que de facto não o foi, embora, desde o primeiro dia que possui esse dossiê, tenha sido interpelado por vários vereadores sobre esse assunto, nunca se tendo oposto a reunir, afirmando não

querer que se passe a ideia que esse dossiê está a ser tratado de forma opaca, e que isso não motive um voto contra, por considerar que uma coisa nada tem a ver com a outra. De seguida, afirmou ter reunido com os 37 presidentes de junta, onde foi abordado o assunto do planeamento municipal, e que já foram recebidas mais de 1300 participações públicas acerca da revisão e da proteção dos cidadãos, e que o assunto tem sido abordado publicamente em várias situações, motivando várias discussões públicas e opiniões de sua parte, afirmando que acha que as declarações da Sr.^a Vereadora deveriam ser bem enquadradas, para se tentar perceber o que é esta omissão da reunião acerca do PDM, que motiva o voto contra a este documento. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, para responder que o voto contra não teve só a ver com isso, e afirmou que ainda na sexta-feira, de um dia para o outro, praticamente, reuniram a propósito de um assunto muito menos importante do que PDM, e afirmando que ficará à espera de sugestões de duas ou três datas. De seguida, interveio a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, para dizer que já houve reuniões sobre o PDM, até com a comissão de ordenamento da Assembleia Municipal, afirmando não fazer muito sentido que a Assembleia Municipal e a sua comissão reúnam quando os vereadores não têm informações. Prosseguiu dizendo que ficou a conhecer nesse momento que poderia consultar o processo a qualquer momento, dizendo que em 2014, aquando da última revisão ao PDM, tinha acesso aos mapas com todas as alterações, e que não parece fazer sentido, do ponto de vista da disponibilização da informação terem de ser os próprios vereadores a solicitar como está o processo. O vereador da **Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, tomou a palavra para informar que em 2014 a documentação foi facultada numa fase diferente do processo e que a fase da discussão pública ainda não estava aberta, sendo que se vai agora entrar nessa fase. Acrescentou que foram os cidadãos a convidá-lo para falar sobre o PDM, assim como a Comissão da Assembleia Municipal. **Deliberado autorizar por maioria, com o voto de qualidade da Vice-Presidente, Maria do Sameiro Macedo Araújo, e os votos a favor dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, com os votos contra dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

3. Emissão de parecer – Reorganização administrativa do território das freguesias – União das Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-

se, à apreciação do Executivo Municipal, o pedido efetuado pela Exma. Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para informar que o PS votaria favoravelmente, pese o facto de o caso em concreto não cumprir o critério da população, mantendo o alinhamento relativamente a todas as vontades manifestadas pelas populações. De seguida, a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, referiu que este não é um parecer vinculativo, sendo um parecer político, e que tendo em conta o princípio de respeitar a vontade das populações e ainda que quem vota o encaminhamento e envio para a Assembleia da República é a Assembleia Municipal, os pareceres poderiam ser todos positivos, mesmo quando se assinala que não cumpre algum requisito. Terminou dizendo votaria favoravelmente por o parecer não ser especificamente desfavorável. O **Vereador do PS, Artur Feio**, solicitou novamente a palavra para referir que o texto da conclusão do parecer tem gerado confusão e condiciona os processos de votação na Assembleia Municipal, alimentando a possibilidade de as decisões não acompanharem aquilo que tem sido o pensamento, considerando que existe “uma vontade e uma lógica política de duas velocidades, uma do executivo outra da Assembleia Municipal”, algo que é necessário esclarecer politicamente, e saber contornar ou alinhar, relativamente à vontade e interesse das populações apresentada e que levou o executivo a votar unanimemente. **Envio de parecer à Assembleia Municipal: Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

4. Abertura de conta bancária à ordem no Bankinter e no Montepio Geral. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pedido de autorização para abertura de uma conta bancária, à ordem, no Bankinter e no Montepio Geral, de acordo com as propostas em anexo.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor da Vice-Presidente, Maria do Sameiro Macedo Araújo, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU,**

Bárbara Seco de Barros. -----

5. Proposta de doação de veículo de combate a incêndios ao Município de Quelimane, Moçambique. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de doação de veículo de combate a incêndios ao Município de Quelimane, nos termos conjugados das alíneas aaa) e cc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e, cumulativamente, de abate da viatura do imobilizado municipal, tudo de acordo com a documentação que se anexa.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

6. Proposta de classificação da Fonte do Largo de Santiago, situada no Largo de Santiago, na União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), como Monumento de Interesse Municipal. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de classificação da Fonte do Largo de Santiago, situada no Largo de Santiago, na União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), como Monumento de Interesse Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, tudo de acordo com as informações técnicas constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

7. Classificação como monumento de interesse municipal da Fonte dos Castelos, situada no Largo do Paço – União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de classificação da Fonte dos Castelos, situada no Largo do Paço, na União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), como Monumento de Interesse Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, tudo de acordo com as informações técnicas constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

8. Empreitada “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, FRAIÃO” (REF. CPE.07.22. DMOSM) - 1.ª modificação objetiva do contrato. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pelo Executivo Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 34.129,07€ + IVA, e aprovação da prorrogação do prazo por 5 dias e da minuta do aditamento ao contrato, relativamente à empreitada acima identificada, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.”

Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor da Vice-Presidente, Maria do Sameiro

Macedo Araújo, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----

9. Empreitada “EU JÁ PASSO AQUI “Requalificação da Avenida da Liberdade, U.F. de S. Lázaro e S. João do Souto” (Concurso Público n.º CPE 16.22. DMOSM) - Ratificação da proposta de alteração/substituição e nova aprovação da minuta do contrato a celebrar com a entidade adjudicatária. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação, a decisão do Sr, Presidente da Câmara de 9/03/2023, que aprovou a alteração/substituição e nova aprovação da minuta do contrato a celebrar com a entidade adjudicatária, da empreitada em mencionada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor da Vice-Presidente, Maria do Sameiro Macedo Araújo, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----**

10. Concurso público N.º CPE.05.23. DMOSM_EMPREITADA “PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para aprovação a abertura do procedimento de formação de contrato por concurso público N.º CPE.05.23. DMOSM_Empreitada “PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS”, nos termos da proposta CPE.05.23.DMOSM, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, para questionar se esta praia fluvial é a Praia do Cavadinho. De seguida, referiu que havia visitado a praia, e que tinha visto uma placa que faz referência a fundos comunitários, tendo na altura levantado algumas questões relativamente aos fundos comunitários, que teriam sido alocados à reabilitação daquele espaço, que depois acabou por não se concretizar em pleno, e que na altura o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu a fazer uma análise rigorosa, do ponto de vista dos serviços, para entender se estes fundos vieram, que parte foi alocada ao que já foi realizado e o que é feito da restante verba. De seguida, mencionou que, por não ter informação relativamente a essa consulta, não

se sente confortável para votar favoravelmente um investimento que parece justificado e com o qual concorda, mas que teria de se abster, solicitando saber se foi feita essa aplicação de fundos e se houve ou não verbas adjudicadas. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, confirmou que se tratava da Praia do Cavadinho. Interveio o **Vereador do PS, Artur Feio**, para questionar se esta obra é relançada e se o empreiteiro havia abandonado a obra. De seguida, interveio a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que informou que uma parte da obra foi realizada pelo empreiteiro, que depois não teve capacidade para terminar, e foi necessário entrar em acordo para evitar uma via judicial, pelo que os serviços tiveram de calcular a parte que ficou feita e fazer medições do que falta concluir para abrir novo concurso e que daquilo que sabe não é nem nunca foi uma obra financiada, mas que durante a semana dará a resposta à questão. Solicitou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, para referir que havia efetivamente uma placa que fazia alusão a um projeto para a requalificação da Praia do Parque de Merendas com financiamento com o logotipo da CIM CÁVADO, tendo perguntado ao Eng. Luís Macedo, secretário Geral da CIM CÁVADO, e que parecia que aquilo foi um ato eleitoral, mas que nunca teve financiamento garantido, nunca veio verba, e que, em 2013/2014, quando começaram a olhar para a obra concluíram que não havia nenhum financiamento. Prosseguiu dizendo que o projeto foi realizado antes da pandemia, há três anos, aos preços antes da pandemia, e que quando a empresa começou a executar, após um atraso de procedimentos de entidades externas, se verificou um aumento significativo do preço dos materiais, pelo que a empresa não se mostrou disponível para continuar. Terminou dizendo que houve um processo de entendimento com o empreiteiro e teve de se fazer o recálculo do serviço feito para se lançar agora a empreitada novamente. Interveio o **Vereador do PS, Artur Feio**, para afirmar que a obra foi lançada com 630.000,00€ e agora vai em 840.000,00€, e que da primeira vez foi feito algum trabalho e que o problema não é da pandemia, mas sim porque a obra foi mal lançada, com preços muito baixos, e que isso é uma prática corrente do município e que têm havido muitas obras que vêm para trás, porque ficam acima do preço base como o que aconteceu em Navarra. Prosseguiu dizendo que esta valorização é essencial, porque existem poucas praias fluviais e é essencial que Braga seja capaz de aproveitar as poucas e boas praias que tem, e que a cidade só não tem a obra feita porque o município lançou uma obra impossível de fazer, e que se pode falar na pandemia, mas houve um acréscimo de quase 42% e que, independentemente dos técnicos, há que refletir no que se tem passado nos últimos anos, como o processo do túnel ou do jardim de infância de Gualtar. Interveio o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, para aludir que nenhum político vai contrariar o parecer dos serviços e que de sua parte não o fará. Terminou

dizendo que Braga tem 3 praias fluviais, um nível superior a muitos dos municípios vizinhos. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor da Vice-Presidente, Maria do Sameiro Macedo Araújo, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e com a abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----**

11. Alteração ao regulamento do «Concurso Bienal de Ilustração Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico» - Início de procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação do início do procedimento de alteração ao regulamento do “Concurso Bienal de Ilustração Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico”, nos termos do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

12. Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal. -----**

13. Criação de um regulamento para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do serviço de atendimento e acompanhamento social integrado – Início de procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação do início do procedimento de criação de um regulamento para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, nos termos do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, para informar que, apesar de não concordar com o processo de transferência de competências destas áreas para os

municípios, votaria a favor. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

14. Proposta de minuta de contrato de comodato de um bem imóvel situado na Freguesia da Sé entre o Município de Braga e Associação Juvenil de Jovens Em Caminhada. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a presente proposta com vista à aprovação da minuta do contrato de comodato entre o Município de Braga e a Associação Juvenil de Jovens em Caminhada, segundo a qual entrega o prédio descrito na CRP sob o n.º 844/Sé e inscrito na matriz urbana sob o art.º 482.º, situado na freguesia da Sé, neste concelho, a título gratuito, para o exercício de atividades de caráter social, nomeadamente acolhimento para jovens marginalizados, atendimento para jovens que desejem orientação e formação integral para jovens, nos termos do disposto nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

15. Apoios financeiros – contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: **a) Clube Naval Povoense**, no valor de 1.000,00€ (apoio ao atleta Luis Martins) – I/4592/2023); **b) NEMA – Nucleo de Escalada Montanhismo e Alpinismo**, no valor de 1.658,00€ (inscrições/seguros) – E/12528/2023).” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

16. Apoio Financeiro - Contratos de dinamização cultural. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a) ARCUM – Associação Recreativa Cultura Universitária do Minho**, no valor de 5.000,00€ a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro; **b) Associação Tin.Bra – Academia de Teatro**, no valor de 9.400,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro; **c) AUAUFEIOMAU – Cooperativa Cultural CRL**, no valor de 90.000,00€, a pagar em três prestações de

igual montante, a primeira a 30 de abril, a segunda a 30 de junho e a terceira a 30 novembro; **d) Coro Académico da Universidade do Minho (C.A.U.M.)**, no valor de 3.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro; **e) Suonart – Associação Cultural**, no valor de 30.600,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro. **f) Banda Musical de Cabreiros – Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa**, no valor de 15.000,00 euros para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2023.” **Alíneas a), b), d), e) e f) deliberadas aprovar por unanimidade. Alínea c) deliberada aprovar por maioria com os votos a favor dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, dos Vereadores do PS e da Vereadora da CDU e escusa de votação do Vereador do PS, Adolfo Macedo.** -----

17. Proposta de atribuição de apoio financeiro ao Centro Social Paroquial De Sobreposta.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de atribuição de um apoio financeiro ao Centro Social Paroquial de Sobreposta, no valor de 30.000,00€, destinado à beneficiação do espaço exterior da creche, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo F-1/3.º e artigo F-1/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, para referir que existe dúvida quanto ao apoio e questionando se existe algum orçamento ou se há alguma obra pensada para se chegar a este valor de 30.000,00€. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, para aludir foi um pedido realizado pela instituição e que existe um teto de apoios, e que após ter sido apresentado um orçamento, e esta foi a atribuição que o município fez. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

18. Outras isenções/reduções/taxas. Foram apresentadas as seguinte propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.º 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16.º, mapa em anexo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

19. Pedido de isenções – Indeferimento. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo

H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

20. Proposta relativa às normas do “Concurso Escola Mais Verde” 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa às normas do “Concurso Escola Mais Verde” 2023, nos termos das alíneas d) e k) do artigo 23º e alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com a documentação em anexo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

21. Proposta de aquisição de medalhas/troféus. Foi apresentada a seguinte proposta: Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa à aquisição de medalhas e/ou troféus, no valor de 12.000,00€ (doze mil euros), como forma de apoio a diversos eventos desportivos, organizados pelas mais diversas coletividades, no decorrer do ano 2023, nos termos do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º) e ainda as competências da Câmara Municipal, enunciadas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

22. Proposta de aprovação de mandato para candidatura ao Selo de Qualidade do Conselho da Europa para Centros de Juventude. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de mandato ao Centro de Juventude de Braga, unidade de negócio da InvestBraga, para submeter a candidatura ao Selo de Qualidade do Conselho da Europa para Centros de Juventude, tudo de acordo com a documentação que se anexa.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

23. Proposta de aprovação de mandato para candidatura ao Selo de Qualidade do Conselho da Europa para Centros de Juventude. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de mandato ao Centro de Juventude de Braga, unidade de negócio da InvestBraga, para submeter a candidatura ao Selo de Qualidade do Conselho da Europa para Centros de Juventude, tudo de acordo com a documentação que se anexa.” Tomou a palavra o Vereador do **PS, Ricardo Sousa**, que afirmou ser importante repensar a forma de utilização da Pousada em termos de alojamento, pois não é fácil para as associações de Braga terem

resposta da Pousada, pela sua ocupação., questionando se é possível repensar a forma de utilização pelo movimento da juventude local. Tomou a palavra a **Vice-Presidente da Câmara, Maria Araújo**, que respondeu que seria difícil conseguir um meio termo, mas que junto dos serviços iria tentar perceber o que se pode fazer. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

24. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pela **Vice-Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, que informou que o PS realizou visitas a mais de uma dezena de escolas do concelho e alguns jardins de infância, motivadas por denúncias informais de pais, associações de pais, professores e dirigentes, onde se verificou a existência de baldes de recolha de água, impossibilidade de utilização de fichas elétricas, questões de electrocução, permanentes escorrimentos e presença de água em paredes e chão, falta de aquecimento, alguns equipamentos sem condições ao nível da regulação térmica e salas de aula que têm custos exorbitantes porque os professores ligam os radiadores, algo que um município que se diga sustentável não pode permitir quando sabe desta realidade. Prosseguiu dizendo que é preciso pôr um travão, encontrar e definir soluções, e que não se pode pensar que uma intervenção pode ser feita “fora do bom tempo”, fora dos tempos de pausa, referindo que o planeamento e calendarização devem ser feitos agora para evitar “trapalhadas processuais” que obrigam a 3/4 meses de antecedência entre a proposta e o lançamento até ao início das obras. Continuou dizendo que ou há um compromisso sério de planeamento com as escolas ou não vale a pena fazer promessas. Continuou afirmando que o PS entregará um “caderno de patologias” e falhas que foram observadas à vereação respetiva, não relacionadas sobre as condições, mas também sobre a sobrelotação de algumas escolas em detrimento de outras. Terminou referindo que não faz sentido as escolas primárias de Braga terem condições tão deploráveis como as que verificaram e que isso é do conhecimento da maioria do executivo. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, para informar, sobre a sobrelotação das escolas, que existe essa consciência que os pais escolhem as escolas sobretudo pela localização mais próxima da residência, querendo deixar claro que essa é uma escolha dos pais e que apenas se pode pronunciar quanto à abertura ou encerramento de salas ou alguma proposta de encerramento ou

reorganização por parte do município, que vai sempre ao conselho municipal de educação, sendo uma ação concertada entre todos os parceiros, e quando há escolas com alunos a mais, normalmente passa por uma autorização por parte da DGESTE, e que normalmente não são informados, sendo que essa informação é normalmente passada pela diretora do agrupamento. Continuou, sobre as obras, dizendo que também existe a consciência das necessidades de intervenção mais urgentes e que juntamente com a Vereadora Olga Pereira estão elencadas uma série de intervenções e que oportunamente poderão saber quais são aqueles que vão ser feitas já a curto prazo, com vista, pelo menos, a suprir algumas das necessidades maiores para o próximo ano letivo. -----

---- O **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, referiu que há mais de 10 anos foi feito o arranjo urbanístico do Largo Carlos Amarante, acabando-se com as barreiras arquitetónicas diferenciadoras do piso de circulação e do piso pedonal e a circulação do trânsito automóvel passou a ser feita através de pequenos pilaretes. Continuou dizendo que, há pouco tempo, alguns desses pilaretes foram retirados, e que agora toda a parte dedicada aos peões do jardim que circunda o fontanário está invadida pelos automóveis estacionados, degradando toda a intervenção de uma maneira incompreensível, sem que haja uma intervenção da Câmara para repor os pilaretes. Tomou a palavra a **Vice-Presidente da Câmara, Maria Araújo**, para aludir que possui a informação de que estão a decorrer as obras e assim que estiverem concluídas, os pilaretes serão recolocados nos devidos locais. -----

---- O **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, interveio para dar nota de que o PS iria fazer chegar uma proposta para a próxima Reunião de Câmara, relacionada com o diálogo que tem sido feito com algumas instituições e população em geral, para uma central de partilha de recursos e ajudas técnicas em Braga, que tem a ver com a possibilidade de utilização de alguns equipamentos de apoio que não estão a ser usados e que podem ser importantes para pessoas que tenham capacidade para adquirir esses mesmos equipamentos, referindo igualmente que com isto se estaria também a proteger o meio ambiente. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que existe um banco local ao lado do banco alimentar, e que existe a noção da necessidade e está em curso este armazém de recolha de bens, que está em perfeitas condições de uso, e que vai efetivamente poder suprir necessidades identificadas de utentes, mas que qualquer ajuda que possa vir a alimentar o projeto será bem-vinda. -----

---- A **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, referiu dois assuntos. Como **primeiro assunto**, referiu que a Carta Educativa contém uma lista de intervenções cujas prioridades tem servido para justificar o investimento em certas escolas e a não intervenção noutras, que até têm um carácter muito urgente, questionando para quando está prevista a sua revisão, de modo a evitar o adiamento das intervenções

que podem implicar a sobrevivência de algumas escolas. Como **segundo assunto**, solicitou um ponto de situação relativamente à existência do projeto de requalificação da Praia Fluvial de Merelim Sampaio, questionou sobre o ponto em que se encontra e também se seria possível, antes da maior obra de requalificação, tratar da situação do *deck* de acesso à água, antes do verão, que segundo a mesma conta uma das suas partes já desintegrada, com madeira podre, o que cria problemas de segurança de acesso ao rio. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que referiu que o projeto está a ser ultimado, falando da existência de um conflito e referindo que o alargamento da praia só tem uma solução que é deitar 15/20 árvores abaixo, com dimensões de 30,40,50 anos, não havendo outra solução. Continuou para informar que já houve reuniões com o presidente da junta relativamente a essa decisão. Quanto à parte da obra que já foi feita e do acesso, terá de se fazer um pedido aos serviços para que se faça uma reparação, e que terá de ser feita uma inspeção à praia brevemente e todas essas condições terão de estar asseguradas para a época balnear. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que referiu que Carta Educativa foi feita em 2018, tendo uma duração de 10 anos, e existe a consciência das alterações a nível da população e da consciência de “voltar a olhar” para essa carta, e que está em perspetiva a realização de uma avaliação com a Universidade do Minho, que deverá ocorrer nas próximas semanas e consoante as conclusões da mesma, será feita, ou não a revisão. ----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

----- Pela **Vice-Presidente da Câmara, Maria Araújo**, foi dada a abertura à intervenção do público. ---
----- O cidadão **Carlos Dobreira** iniciou a sua intervenção subscrevendo as preocupações da oposição em relação à dimensão da educação. Prosseguiu dizendo que em relação ao PDM é de lamentar ir a uma reunião da Câmara Municipal e verificar que não estão limadas todas as arestas no que respeita à comunicação, que deve ser coerente entre os vereadores. De seguida, como **primeira questão**, referiu que foi feita a requalificação do recreio e do parque infantil da EB1/JI de Palmeira, questionando se está concluído e para quando a sua inauguração. Como **segunda questão**, sobre a EB1/JI da Estação de Tadim, afirmou que o Sr. Presidente da Junta já o tinha informado que será feita uma requalificação do recreio e do parque infantil, querendo saber quando é que isso se vai concretizar. Como **terceira questão**, solicitou saber os motivos que levaram ao abate das árvores Parque da Ponte e afirmou que todos os cidadãos devem ter acesso aos motivos que levam ao abate de árvores, apelando a que seja melhorada a comunicação nessas situações. Como **quarta questão**, referiu que tem visto um cidadão a dormir nas imediações do edifício do Castelo, questionando a Sr.^a Vereadora sente se tem sido feito

tudo para que estas situações sejam evitadas. Como **quinta questão**, solicitou saber se existe alguma informação concreta, válida, coerente sobre a requalificação das escolas EB 2 3 de Palmeira e EB 2 3 Frei Caetano Brandão. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, para, em relação à **primeira questão**, referir que o parque já está recuperado e à disposição dos alunos, e que não estão preocupados com atos de inaugurações, mas sim em colocar os equipamentos à utilização daqueles a quem se destinam. Prosseguiu para, em relação à **segunda questão**, referir que a recuperação está em curso e se as condições meteorológicas o permitirem em três semanas estará concluída. Em relação à **quinta questão**, informou que está a ser preparado o projeto para candidatar todas as escolas ao PRR que o governo irá apoiar dentro das linhas e as duas escolas estão incluídas. Tomou a palavra **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda** que em resposta à **quarta questão** informou que acha que não fez tudo, até porque todos os dias temos novas pessoas a chegar à cidade e algumas dessas pessoas acabam por ficar na rua, mas que naturalmente estão atentos e as equipas de rua identificam as pessoas e fazem o acolhimento, naturalmente alguns aceitam tudo o que têm para oferecer, outros não e que tem sido feito um esforço para que todos aceitem as condições, mas algumas delas não aceitam as condições que podem ser oferecidas e regressam à rua, sendo que não conseguem obrigar as pessoas a sair da rua. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que acrescentou que foi ativado o plano de contingência por duas vezes e da segunda vez, na primeira noite, apenas apareceu uma pessoa e que quem faz as rondas em parceria com a Câmara é a Cruz Vermelha e as pessoas têm uma existência muito grande. Relativamente à **terceira questão**, referiu a existência de vários relatórios, o último realizado pelo professor Luís Martins, que fez várias avaliações ao longo dos anos, e que ao fazer os testes às três árvores com os equipamentos que utiliza, a indicação que deu é que o relatório iria verter que aquelas árvores deveriam ser abatidas e que poderia haver algum risco de queda, e que, por isso, foram abatidas por razões de segurança. -----

----- Não havendo nada mais a tratar a **Vice-Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

Encerramento: Às 11h e 20m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pela Excelentíssima Vice-Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália

Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----
